



GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE CÚPULAS (GRIC)
Primeira Reunião Ordinária de 2022
3 e 4 de fevereiro de 2022
Virtual

OEA/Ser.E
GRIC/O.1/doc.68/22
25 janeiro 2022
Original: inglês

Projeto de Compromisso Político da Nona Cúpula das Américas Nosso Futuro Verde

Nós, os Chefes de Estado e de Governo das Américas, reconhecemos a necessidade urgente de conservar e restaurar os ecossistemas e assumimos os seguintes compromissos.

1. Para fazer avançar a Declaração de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra, os compromissos nacionais de desmatamento e conservação e as ações regionais por eliminar o desmatamento e a conversão dos ecossistemas, fortaleceremos nossos esforços para:
 - a. trabalhar por meio de organizações regionais, com vistas a eliminar o desmatamento; promover a restauração dos ecossistemas; aumentar a sustentabilidade das atividades vinculadas ao desmatamento e oferecer caminhos alternativos para o crescimento e o desenvolvimento econômico em áreas que enfrentam a conversão dos ecossistemas; incorporar o conhecimento ecológico tradicional; e proteger os recursos culturais indígenas;
 - b. desenvolver, até o final de 2022, com maior participação das partes interessadas, especialmente de indígenas, afrodescendentes, mulheres e meninas e outras comunidades desfavorecidas: 1) um plano nacional de desmatamento líquido zero até 2030, integrando, conforme seja adequado, a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) de cada país, as metas de emissão líquida zero, os compromissos nacionais de conservar ou proteger 30% das terras e recursos hídricos até 2030 (30x30) e os compromissos do Desafio de Bonn; e 2) um cronograma de elaboração de um plano correspondente financeiro e de investimento;
 - c. atualizar, até a COP27, conforme seja adequado, as NDCs 2030, a fim de incorporar os compromissos nacionais de desmatamento;
 - d. eliminar o desmatamento da produção agrícola e do consumo, inclusive mediante políticas e a colaboração com produtores, varejistas e empresas de comercialização de *commodities* e apresentar planos de ação para uma agricultura de desmatamento líquido zero em uma reunião de Ministros da Agricultura das Américas, no início de 2023, a ser organizada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA);
 - e. informar anualmente, começando no segundo semestre de 2022, sobre o andamento da eliminação do desmatamento e propor ações concretas para implementar soluções sustentáveis naturais e tecnologias para reduzir o desmatamento e a perda de biodiversidade, em coerência com os Princípios para a Adaptação Liderada Localmente;
 - f. aumentar a segurança dos defensores do meio ambiente, trabalhando com as partes interessadas no desenvolvimento de um plano nacional, até o início de 2023, com vistas a:
 - 1) divulgar publicamente informações de defensores do meio ambiente sobre ameaças ou incidentes de violência, e responder a eles; 2) promulgar e aplicar leis para proteger os

defensores do meio ambiente e os recursos que protegem; e 3) solicitar a condução de avaliações de impacto ambiental, quando a lei o exigir, e cumprir as exigências legais durante e após as operações.

2. Para diminuir a quantidade de carbono emitido pelo uso da terra e aumentar o armazenamento de carbono, nos comprometemos a:
 - a. apoiar o papel do setor agrícola na redução das emissões de gases de efeito estufa, por meio do melhoramento de práticas rurais que aumentem a produtividade e a eficiência, e integrar enfoques de agricultura inclusiva ambientalmente inteligente que reduzam as emissões de carbono e metano e aumentem a resiliência aos impactos da mudança do clima;
 - b. aderir à Missão de Inovação Agrícola para o Clima e apoiar o aumento do investimento público agregado na inovação agrícola, com vistas a uma agricultura e sistemas alimentares ambientalmente inteligentes nos próximos cinco anos;
 - c. conservar e restaurar ecossistemas de alto teor de carbono, inclusive florestas antigas, zonas úmidas, florestas de turfa e florestas primárias, em consulta com as partes interessadas, inclusive povos indígenas e afrodescendentes, e mediante a redução da pressão de conversão de terras, por meio de atividades econômicas sustentáveis ou alternativas;
 - d. maximizar a contribuição potencial das soluções naturais em estratégias para a consecução de ambiciosas metas de emissões líquidas zero e na implementação de NDCs compatíveis com o roteiro de 1,5 °C.

3. Para mobilizar o poder do oceano e de outros corpos de água para reduzir os efeitos da mudança do clima, pactuamos:
 - a. criar uma Força-Tarefa de Poluição Oceânica de Plástico para coordenar esforços e promover intercâmbios entre os governos e as partes interessadas, em apoio à ação global para combater o vazamento de plástico no oceano, inclusive mediante um possível novo instrumento global;
 - b. trabalhar, por meio da força-tarefa, para promover capacitação em manejo de resíduos; incentivar enfoques de economia circular ao longo do ciclo de vida do plástico; desenvolver ações inovadoras levando em conta as circunstâncias nacionais; compreender melhor as contribuições das fontes de poluição de plástico terrestres, fluviais e marítimas em toda a região, inclusive artes de pesca abandonadas, perdidas ou de outro modo descartadas; considerar a contribuição dos esforços voluntários de política para o objetivo comum de combater a poluição decorrente do vazamento de plástico no oceano; e apoiar maior participação das partes interessadas, especialmente das comunidades indígenas e outras comunidades desfavorecidas;
 - c. implementar vias de descarbonização do setor naval, inclusive mediante o estabelecimento de corredores verdes que usem combustíveis mais limpos e a colaboração na descarbonização dos portos fluviais e marítimos da América;
 - d. conservar ecossistemas de “carbono azul”, tais como manguezais, pântanos salgados, leitos de ervas marinhas e leitos de ervas fluviais;
 - e. participar do diálogo oceano-clima instituído pela COP26, para promover soluções climáticas baseadas nos oceanos e identificar oportunidades de incorporar essas soluções à ação climática.

4. Para acelerar a ação sobre a adaptação à mudança do clima, nos empenharemos em:
 - a. concluir, divulgar e implementar planos nacionais de adaptação ou estratégias para comunicar prioridades de adaptação que construam resiliência em todos os setores e escalas;
 - b. inserir os riscos climáticos nos planos, políticas, operações e orçamentos setoriais, a fim de construir resiliência em todos os setores;
 - c. criar sistemas robustos para monitorar e avaliar as ações de adaptação;
 - d. aprimorar os serviços de prestação de informações sobre o clima, ferramentas de apoio a decisões e sistemas de alerta preventivo, com vistas a melhorar o entendimento dos impactos do clima em todos os setores e escalas, e responder a eles;
 - e. aperfeiçoar a formação e o treinamento dos formuladores de política de adaptação, técnicos e pessoas que trabalhem em indústrias correlatas, da geração atual e da próxima geração.